

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES E DISSIDÊNCIAS NO MOVIMENTO FEMINISTA, LGBT E TRANSFEMINISMO

*Tamires Barbosa Rossi Silva*  
*Mestranda em Ciências Sociais pela Unesp-Marília.*

## **Resumo**

Os movimentos sociais que despontaram na década 70, como o feminista, negro e LGBT ampliaram a noção de política, apontando o privado como um lugar político e de transformação. Estes movimentos obtiveram êxitos, retrocessos e se transformaram entre as disputas políticas intrínsecas e exteriores a eles. Partindo desta premissa, nos propomos a pensar as continuidades e descontinuidades das representações sociais dos movimentos: feminista, LGBT e Transfeminismo. O objetivo geral da proposta é mostrar como o surgimento de novas categorias dentro dos movimentos sociais está relacionado com a transformação das representações sociais dos atores que os compõem, que podem ser influenciadas por mecanismos institucionais ou não. A partir de revisão bibliográfica, trabalharemos a teoria das representações sociais de Serge Moscovici e também demonstraremos em linhas gerais o panorama brasileiro de construção destes movimentos, assim como a tensão entre acadêmicos e ativistas a respeito do embate identitário e pós-identitário. Por fim, será feita uma conexão entre a teoria das representações sociais e alguns aspectos dos movimentos delimitados.

**Palavras chaves:** representações sociais – feminismo – LGBT –transfeminismo.

## **1- Introdução**

No século XX, principalmente na década de 70, entraram em cena o ativismo de movimentos como o feminismo, negro e LGBT, que ampliaram a forma de se fazer e entender política, apontando o privado como um lugar político e de transformação, criticando os projetos de sociedade que homogeneizavam as demandas e reivindicando a diversidade. Estes movimentos obtiveram êxitos, retrocessos e se transformaram, suas demandas do século XXI são distintas das iniciais. Hoje, com o acesso à internet, especificamente blogs e redes sociais, os canais televisivos já não são mais os únicos meios que formulam e publicizam notícias a seu respeito, o que propicia que o conhecimento ativista seja partilhado por mais pessoas, independente do grau de seu envolvimento com o movimento. O Estado também se aproximou da sociedade civil, através de algumas concessões. Não há homogeneidade no ativismo, intrinsecamente e exteriormente há embates políticos que os influenciam, permitindo mudanças, fortalecimento de pautas e atenção a aspectos considerados secundários.

Partindo desta premissa é que nos propomos a pensar as continuidades e descontinuidades de determinados movimentos sociais, no sentido, de como atores são agregados por determinados movimentos e os processos de ruptura que existem. As mudanças não acontecem por intermédio de decretos ou por pressão interna, quero pensar a relação das representações sociais dos sujeitos, como isso interfere na

construção de determinados movimentos, o que permite que as ideias cristalizadas ao longo do tempo se modifiquem.

O objetivo geral deste artigo é mostrar como o surgimento de novas categorias dentro dos movimentos sociais está relacionado com a transformação das representações sociais dos atores que compõem o movimento, o que altera as demandas, agregando novos atores e questionamentos. Para viabilizar o objetivo geral, primeiramente será trabalhado a teoria das representações sociais. Delimitamos como campo de estudo, as intersecções entre o movimento feminista no Brasil, o LGBT e o transfeminismo. Procuraremos demonstrar em linhas gerais o panorama brasileiro de construção destes movimentos, assim como a tensão entre acadêmicos e ativistas a respeito do embate identitário e pós-identitário. Por fim, será feita uma conexão entre a teoria das representações sociais e alguns aspectos dos movimentos delimitados.

## **2- Definições iniciais: Representações Sociais, o que é? Qual sua relação com os movimentos?**

A teoria das representações sociais, que me ateno aqui, foi elaborada por Serge Moscovici a partir do conceito Durkheimiano de representações coletivas, que em linhas gerais identificava os objetos como produções mentais sociais. Moscovici renovou essa análise, apontando para especificidades da sociedade contemporânea, como a intensidade e fluidez das trocas e comunicações sociais. (Jodelet, 2001) A teoria se desenvolveu no ramo da psicologia social, mas possui caráter interdisciplinar, que possibilita que sociologia, história, política, antropologia, dentre outros campos a utilizem como ferramenta em suas pesquisas.

Em seu primeiro momento, quando a teoria surge na década de 60, sem muitos adeptos ela vive um período de latência que se encerra nos anos 80, que é quando a teoria ganha força. (Jodelet, 2001) Ângela Arruda (2002) aponta que durante o período de latência da teoria, surgia também os movimentos sociais identitários, no qual seus personagens explicitavam suas demandas propondo novos conceitos para a análise da realidade, como foi o caso do movimento feminista e o conceito de gênero. Sobre a história das mulheres, ressalto que não foi somente o adendo da categoria analítica *mulheres* e a formulação teórica do conceito de gênero, mas foi um modo de jogar luzes em como a história se construía como ciência, contestando a sua epistemologia que correspondia a imagem de um determinado grupo, que se encontrava numa posição social de prestígio, negando a história das mulheres, de camponeses, negros, e/ou outros

grupos marginalizados. (Scott, 1992) Para Arruda (2002), as teorias feministas e a teoria das representações sociais, nascem na mesma conjuntura de descongelamento de paradigmas, além disso, elas surgem da realidade concreta, geram dissenso onde se instalam, trabalham com objetos subvalorizados pela ciência e nem sempre são legitimadas cientificamente.

Tendo em vista que o objetivo geral deste trabalho é mostrar como o surgimento de novas categorias dentro de movimentos sociais específicos está relacionado com a transformação das representações sociais, me ateno aqui a tornar inteligível o que são as representações sociais.

As representações sociais são “(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (p. 22, Jodelet, 2001) Estes saberes do cotidiano organizam a conduta dos indivíduos, é através destes que se nomeiam determinados aspectos da realidade. A construção dessas representações intervém na forma como o conhecimento é assimilado e construído, no desenvolvimento dos indivíduos e da coletividade, o que está relacionado com a expressão dos grupos e as possibilidades de transformação social da realidade.

Em termos práticos, são as ideias partilhadas por um determinado grupo. Como Jodelet explica:

(...)por meio destas várias significações, as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para ações trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica das representações. (p. 21, Jodelet, 2001)

As representações sociais são dinâmicas, estão em constante movimento. Assim, o que define a prática de determinado grupo, muda constantemente, o que tem relação com vários processos sociais que influenciam estas mudanças, como produção acadêmica, contextos políticos específicos, redes de comunicação institucionais e informais. Elas não são opiniões e mitos, mas são conhecimentos desenvolvidos pelo grupo e que foram cristalizados ao longo do tempo.

### **3- Feminismo, LGBT e Transfeminismo.**

O recorte que proponho é pensar as representações entre o movimento feminista, o LGBT e o transfeminismo no Brasil. Não percamos de vista que a proposta é apontar a

relação das representações sociais com o surgimento de novas categorias políticas dentro dos movimentos sociais, não construir um histórico exaustivo sobre os embates políticos. A escolha desses movimentos específicos, se deve a suas continuidades, e por se relacionarem ao campo dos direitos sexuais que se “referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais” (Carrara, p.135, 2010), ou seja, as pautas possuem relação com todos os processos sociais e políticos que causam estigmatização e discriminação às pessoas devido à hierarquia entre as expressões de gênero e/ou orientação sexual.

Ainda sobre as intersecções e continuidades destes movimentos, Fernando Seffner (2011) no *Seminário Stonewall 40 + o que no Brasil?* que ocorreu em 2010 na Bahia, defendeu a tese de que ao invés de utilizar a estratégia de “fatiar” a homofobia em transfobia, travestifobia, lesbofobia, bifobia, se usasse o termo heterossexismo:

com o qual atacamos a heterossexualidade como instituição, e o heterossexismo como conjunto de práticas sexuais e de gênero, que atingem todo o universo LGBT (embora de modos diferenciados, certamente), bem como atingem homens e mulheres heterossexuais em situações específicas. (p. 69)

A partir dessa sugestão, é possível perceber algumas ligações entre os movimentos escolhidos como objeto de análise. Judith Butler (2000) em *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, mostra como a formação de sujeitos exige uma identificação com a normativa do sexo, no qual o imperativo heterossexual é que possibilita e nega algumas identificações sexuais, o que também sustenta estrutura binária de gênero e a hierarquia dos gêneros. O funcionamento dessa matriz excludente está ligado à produção simultânea de um domínio de seres abjetos. Este domínio são as zonas da vida social, que são habitadas por aqueles que não são considerados sujeitos e no qual esta zona inabitável é necessária para que o domínio do sujeito seja circunscrito. O abjeto diz respeito às vidas que não são consideradas importantes, são os corpos sem reconhecimento e legitimidade. A produção de seres abjetos está presente no recorte dos movimentos que nos propomos a trabalhar, que é produzida a partir do imperativo heterossexual, que hierarquiza as expressões de gênero e a orientação sexual.

Dentro dos movimentoshá uma multiplicidade de pautas, de linhas teóricas e contradições entre suas abordagens. Sucintamente ofeminismoquestiona a posição subordinada da mulher na sociedade e sua construção social, o LGBT interroga a normatização social, que hierarquiza os indivíduos a partir de suas orientações sexuais,

no qual a heterossexualidade é vista como um dado natural e a homossexualidade como doença. Já o transfeminismo é aproximação de travestis e transexuais ao ativismo feminista, por acreditarem que esse espaço ativista seria mais propício para a concretização de suas demandas do que o movimento LGBT. Nas seções abaixo, mostraremos alguns aspectos das representações sociais presentes nestes movimentos.

### **3.1 Movimento feminista: pluralizando a categoria mulher**

Localizo como ponto de partida de nossa análise, o feminismo no Brasil a partir dos anos 70, que foi marcado pelo compromisso das mulheres com a oposição à ditadura militar de 64, no qual grupos feministas estavam fortemente articulados às organizações de influência marxistas, até então clandestinas. (Sarti,2001;2004)

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota.  
(p. 37,Sarti, 2004)

Sobre a consciência de gênero pós ditadura, Rachel Soihet (2010) ao pesquisar memórias de mulheres filantropas do século XIX que foram exiladas pela ditadura, mostra que para muitas delas o contato com o movimento feminista ocorreu em virtude das suas experiências no exílio, que fizeram emergir um embrião de consciência de gênero. Na experiência do exílio, muitas mulheres se viram obrigadas a trabalhar em trabalhos desvalorizados para dar conta do sustento da casa. No entanto, elas reviram as suas concepções do que é ser mulher, reestruturando a sua vida e suas relações. Não foi fácil para as mulheres marxistas reconhecer as especificidades feminina e a opressão que elas eram sujeitas. Elas puderam perceber que a luta socialista por si só, não acaba com as práticas machistas inerentes na sociedade e no movimento que estão inseridas. Assim, esse foi o momento que muitas mulheres tiveram acesso ao movimento feminista, formaram coletivos e redes de solidariedade. Após o exílio, a pauta feminista se difundiu e algumas questões que eram colocadas em segundo plano como o corpo, aborto, desejo, sexualidade, violência e prazer foram legitimadas e trazidas à esfera pública.

Sobre a história do feminismo, Cynthia Andersen Sarti (2004) também aponta que o exílio de mulheres proporcionou a consciência de gênero e percepção das contradições do que até então era visto como feminismo, no qual sua prática era apenas retórica, e com enormes contradições nas relações sociais. Assim, na década de 80, com

o encontro das experiências das mulheres que foram anistiadas e das que permaneceram no Brasil, produziu-se um reencontro que fortaleceu o movimento de mulheres brasileiras. Difundiu-se os grupos feministas, a institucionalização do movimento com criação de ONGS, fortalecimento da pesquisa acadêmica, e se extinguiu a tutela masculina sobre a mulher do texto da Constituição Federal de 1988.

Não percamos de vista, quem eram essas mulheres feministas, em sua maioria mulheres brancas, casadas, de classe média, com acesso à escola e ensino superior, anistiadas pela ditadura (Sarti, 2001). Assim, este grupo tinha demandas que estavam ligadas com suas representações de mundo, que eram específicas e distintas de outros grupos de mulheres. Podemos perceber como as representações sociais das mulheres se transformou, antes e pós-exílio, e como essa experiência, que as colocou em contato com outras pessoas, modificaram suas ideias sobre si.

Na década de 90, os limites do feminismo em sua perspectiva universalista começam a ser demonstrados, através de pesquisas etnográficas realizadas em favelas, é demonstrado um descompasso entre o discurso feminista até então instituído no Brasil e a realidade de mulheres pobres, que mostrava contradições até então pouco referenciadas pelo movimento feminista (Sarti, 2001; 2004). Emergia também neste contexto o feminismo negro.

Se não foi possível, na forma como se manifestou o feminismo no Brasil, enfrentar a natureza híbrida de um movimento que, embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, isso aconteceu precisamente porque as mulheres não constituem uma categoria universal, exceto pela projeção de nossas próprias referências culturais. As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado. (p. 44, Sarti, 2004)

Observem então, este movimento de transformações dentro do movimento feminista brasileiro, a complexificação da categoria mulher; até então a mulher que era representada pelo feminismo, era branca, de classe média. Com as pesquisas, se percebe que existe outra representação que o feminismo deve dar conta, que está relacionada com a mulher negra, que mora na favela, que não teve acesso a escola, que está preocupada com creche para seus filhos, trabalho digno. É possível captar como a complexificação dos atores do movimento de mulheres está relacionado com a alteração dos sujeitos que compunham este movimento, bem como a mudança das suas representações sociais que é influenciado por pesquisas acadêmicas e discussões alavancadas no movimento feminista fora do Brasil.

### **3.2. Trilhas: Do movimento homossexual ao LGBT**

Foi no mesmo contexto de visibilidade do feminismo em meados dos anos 70, que surge o primeiro grupo organizado do movimento homossexual, o grupo SOMOS-Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo. Antes do surgimento do movimento homossexual organizado, existia redes de sociabilidade entre os sujeitos do movimento (Fachinni, 2011). Atualmente a nomenclatura que abarca a luta antes nomeada de movimento homossexual é a sigla LGBT, no qual suas letras buscam abarcar as diversas categorias: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais.

O movimento brasileiro nasce no final dos anos 1970, predominantemente formado por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento. (p 12, Fachinni, 2011)

A construção do cenário político voltado aos direitos LGBT's é envolto por tensões, lutas, e disputas políticas: E a medida que o movimento se organizava, os atores percebiam suas diferenças e como a categoria homossexual não conseguia abarcar as distinções entre todos os sujeitos. A demanda de um gay é distinta da lésbica, que é mais distante ainda da travesti que em sua maioria se prostitui<sup>1</sup> e não utiliza o artifício do armário.<sup>2</sup> Assim as categorias se disseminaram, mas este processo de nomeação e renomeação do movimento não é um deslocamento simples, as mudanças de nomenclatura, conforme ressalta Fachinni (2005) utilizando a expressão êmica “sopa de letrinhas”, ocorreram para dar visibilidade às categorias, mas este processo implica negociações políticas, alianças e conflitos entre as organizações ativistas e outros atores políticos presentes.

No primeiro momento as representações sociais do movimento LGBT, devido a aspectos sócio-políticos, era predominante de homens homossexuais, já que eles eram a maioria dos atores, assim não havia necessidade de evidenciar a diferença entre os atores que compunham os movimentos. A conjuntura se transformou, e os sujeitos se pluralizaram e começaram a perceber as diferenças entre as suas demandas e a necessidade de afirmação de identidades. O surgimento das categorias está relacionado

---

<sup>1</sup> Sobre a prática da prostituição, várias pesquisas foram desenvolvidas para entendê-la, não há uma concepção homogênea do seu significado para suas/seus trabalhadoras/es.

<sup>2</sup> Ver texto: Sedgwick, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu. N.28, janeiro-junho de 2007:19-54.

com a demarcação da diferença, é dizer: eu não sou homem homossexual, sou mulher homossexual e tenho representações e demandas que são distintas de outros atores.

Destaco ainda, que dentro de uma mesma categoria existem as diferenciações: o sujeito que compõe a categoria de homem homossexual pode ser definido como maricona, bicha, viado, boiola, nomenclaturas que podem tentar evidenciar o perfil, de homem mais afeminado, mais másculo, tímido, dentre outros. O movimento LGBT, assim como o feminista, possui outros marcadores além da orientação sexual: raça, etnia, classe e geração, que influenciam na construção de seus atores e suas demandas.

Ainda sobre as disputas políticas no movimento LGBT, resalto as dificuldades de inserção das travestis e transexuais ao ativismo, Mario Felipe de Lima Carvalho (2011) a partir de entrevistas com militantes e da prática etnográfica nos encontros do movimento de travestis e transexuais<sup>3</sup>, constatou que as travestis e transexuais, são excluídas de importantes espaços de decisão política, possuindo uma participação minimizada nos espaços de direção dentro do movimento LGBT, assim como aspectos nas falas das militantes que evidenciam a utilização da vulnerabilidade social das travestis, para aglutinar pessoas e benefícios, como por exemplo, angariar recursos de programas relacionados à AIDS para projetos de ONGs. E que por esse motivo, há militantes que defendem que o movimento de Travestis e Transexuais deveria ser separado do LGBT, para que elas pudessem ser protagonistas do ativismo, sem a intermediação de alguém falando o que elas precisam. Este é um dos fatores que têm possibilitado a emergência do Transfeminismo, que é a aproximação de travestis e transexuais ao movimento de mulheres

### **3.3 Transfeminismo, debate identitário e pós-identitário**

Thiago Coacci (2014) elaborou um panorama geral do Transfeminismo no Brasil, a partir do resgate histórico dos Encontros Feministas Latinoamericanos e do

---

<sup>3</sup> O início da cena política do movimento de Travestis e Transexuais têm uma forte relação com as ONGS/AIDS, mas também foi uma resposta a repressão policial nos locais de prostituição, no qual prostitutas e travestis eram violentadas, discriminadas e presas indiscriminadamente. O primeiro encontro nacional de ativismo de travestis (Encontro Nacional de Travestis e Liberados) aconteceu em 1993 sob a liderança do grupo já extinto Astral – (Associação de Travestis e Liberados), que nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial nos locais tradicionais de prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Em 1995, grupos de militantes travestis começam a participar de encontros nacionais de gays e lésbicas, quando também foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (ABGLT) e em 1996, as travestis se somam aos grupos estigmatizados pela AIDS, realizando o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra a AIDS (Entlaids). Somente em 2005 que foi realizado o I Encontro Nacional de Transexuais. (Carrara, Vianna, 2008)

Caribe. Esses encontros surgiram na década de 60 e 70 dando ênfase na formação de uma identidade feminista no singular. Já na década de 80 e 90 há um redesenho do movimento feminista. Neste período mulheres pobres, trabalhadoras, negras, indígenas, lésbicas adentram ao ativismo, pluralizando a identidade do que é ser mulher. O autor também aponta que havia uma preocupação de que as diferenças fragmentassem o movimento feminista, assim muitas mulheres insistiam que deveria haver um único denominador comum que as unisse. Esse denominador, seria a genitália. Assim, quando as travestis e transexuais – mulheres trans emergiram como novo sujeito político para o feminismo, foi questionada a legitimidade, já que muitas não concordavam que é possível ser mulher sem possuir a genitália feminina. Neste debate, que também é encontrado em outros países, é que surge o Transfeminismo.

O transfeminismo não pode ser ainda considerado um movimento, mas é uma vertente de uma linha e ação do pensamento do feminismo. O pensamento transfeminista está em construção no Brasil, passando assim por um processo de resignificação e adaptação a realidade das pessoas trans. (Jesus, 2013) O surgimento dessa vertente está relacionado com os embates do ativismo LGBT e o movimento de travestis e transexuais, por perceberem que o feminismo seria um espaço que melhor atenderia suas demandas. Sobre isto, Carvalho (2012) indica que algumas militantes se afastaram do movimento LGBT, se aproximando de espaços institucionais de políticas para mulheres.

Jaqueline Gomes de Jesus (2013) aponta que o campo principal dos debates transfeministas tem sido a internet, em espaços visitados tanto por pessoas transgêneros<sup>4</sup> como cisgênero<sup>5</sup>. A principal problematização da vertente, é o reconhecimento das múltiplas expressões do sexismo, no qual opressores, oprimidos, instituições e movimentos sociais as expressam, não enxergando o sexismo como uma opressão unilateral. Assim, definimos o Transfeminismo como:

“uma linha de pensamento e de mobilização política feminista frente aos conceitos de gênero e de identidade, constituída a partir de um referencial crítico formado por diferentes feminismos, em especial o feminismo da diferença, vertentes pós-estruturalistas do feminismo e o feminismo negro.”  
(p.1, Jesus, 2013.)

Um dos debates, que constitui o Transfeminismo e que está submerso no movimento feminista e o LGBT, são os referenciais teóricos pós-identitários,

---

<sup>4</sup> Pessoas que se identificam com um gênero distinto do que lhe foi atribuído no momento do nascimento.

<sup>5</sup> Pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e se identificam com ele.

especificamente a teoria queer<sup>6</sup>, que questiona os processos de normatização, no qual os grupos identitários de gênero, sexualidade e raça estão historicamente submetidos. A emergência da teoria queer no Brasil, propiciou que as linhas de pesquisa de gênero não se centrassem apenas no sujeito político *mulheres*, e se configurou como um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões: heterossexualidade compulsória, binarismos, e os discursos hegemônicos que são revestidas de um cientificismo. (Pelúcio, 2014)

Nas últimas três décadas, houve um *boom* e várias pesquisas no campo do gênero e da sexualidade foram fomentadas, o que contribuiu para fomentar um debate que deslocou a centralidade concedida ao âmbito biomédico, para a linguagem dos direitos. (Carrara, Sérgio apud Piscitelli, 2014, p.7). Assim as abordagens, que anteriormente eram guiadas prioritariamente por conceitos das áreas médicas e psicológicas, dão lugar, a formulações teóricas que questionam a marginalidade das populações que vivem em desacordo com normas hegemônicas de gênero e sexualidade, no qual a teoria queer tem sido um aporte teórico muito utilizado pelos pesquisadores, enquanto os ativistas utilizam, via de regra, uma visão identitária.

Tanto o movimento LGBT quanto o feminismo, em suas fragmentações, possuem uma postura de afirmação de identidades, desnaturalizando o gênero e as orientações sexuais, mas essencializando as identidades. Essa postura de identidades essencializadas é utilizada por muitos como estratégia de luta política, e tem sido objeto de questionamento, principalmente no meio acadêmico.

O problema da naturalização e essencialização das categorias/identidades diz respeito à mesma crítica que Judith Butler (2008) faz à categoria mulher como aquela que sintetizaria o sujeito do feminismo, [...]“Se alguém “é” mulher, isto certamente não é tudo que esse alguém é; [...] gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas” (p. 20). As categorias jurídicas engendram, naturalizam, imobilizam e não permitem reconhecer a pluralidade. Assim, a essencialização das categorias jurídicas e o pressuposto da heterossexualidade como norma, significa o abandono pelo Estado das populações que não se reconhecem nessas normas de gênero e sexualidade.

---

<sup>6</sup>Surgiu do encontro entre a corrente dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês e que problematiza as noções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação (Miskolci, 2009).

Neste contexto, as formulações pós-identitárias têm sido alvo de críticas do ativismo feminista e LGBT e de algumas vertentes teóricas que criticam as abordagens pós-modernas. Segundo Adriana Piscitelli (2002), acusam que a dessencialização das identidades desestabiliza a categoria mulher, que é considerado como ponto de partida necessário para teoria e política feminista, e isso cria uma dificuldade de acionar o movimento, já que se dissolve o sujeito político. O ativismo LGBT, também possui em seu cerne a mesma crítica, o que tem reverberado numa tensão entre ativistas e acadêmicos, no qual os ativistas acusam os acadêmicos de desestabilizarem as identidades dos atores LGBT (Coolling, 2011). Os debates acadêmicos, são um dos processos sociais que têm influenciado a transformação das representações sociais dos diversos atores que compõem os movimentos.

#### **4- Considerações finais**

As representações são visões de mundo compartilhadas por grupos, indivíduos, ela não é fixa e a partir de diversos processos sociais, sua transformação ocorre. Na tentativa de mostrar como os movimentos: feminista, LGBT e transfeminismo não constituem um todo homogêneo, e o quanto seus processos estão imbricados, no qual se transformam de acordo com os aspectos sócio-políticos-educacionais é que construímos esse estudo.

Assim, a experiência de ser mulher foi alargada e outros modos de nomeá-la se tornou possível a partir da construção de novas representações sociais, que ampliou a concepção de mulher, no qual a genitália não seria fator decisivo, embora esse posicionamento não seja consenso. A experiência do que é ser gay, também passou por essa construção. Se antes a categoria homossexual abarcava lésbicas, travestis, transexuais, houve um processo de afirmação de identidades, que multiplicou as formas de representação do movimento homossexual, redefinindo a sua nomenclatura como LGBT. Debates entre o movimento LGBT e o movimento de travestis e transexuais, também têm influenciado a articulação de outro espaço ativista, o Transfeminismo, que está relacionado com os debates identitários e pós-identitários.

Concluimos o texto considerando, que o processo de transformação das representações sociais, é cristalizado ao longo dos anos. Assim, a crítica aos movimentos identitários, os aportes teóricos pós-identitários ofereceram subsídio para essa mudança, consideramos também, que vários agentes estão presentes no processo de transformação das representações sociais, são eles academia, a pressão de atores da

arena e do campo<sup>7</sup>, mecanismos institucionais, jornais, Estado. No entanto, os agentes que estão presentes no processo de transformação, também participam na manutenção das posições e das representações sociais dos sujeitos e seus grupos.

### **Referências bibliográficas**

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações Sociais e teorias de gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002.

BUTLER, Judith. 2000. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.): O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Autêntica, p. 153-172.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão de Identidade, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Revista Bagoas, Natal, n. 05, p. 131-147, 2010.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. Os Direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”. In: OLIVEN, Ruben G.; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo M. A Constituição brasileira de 1988 na vida brasileira. São Paulo: ANPOCS, 2008.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Tese de mestrado. (2011) UERJ.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. Ed. 15 Revista História Agora. 134-161. 2014

COOLING, Leandro. Políticas para um Brasil além de Stonewall. In: Colling. Leandro (Organizador). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: Caderno Temático nº 11 – Psicologia e diversidade sexual. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). 2011.

FACHINNI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Revista Bagoas, Natal, v.3. n. 4, 131- 158, 2009.

---

<sup>7</sup>A expressão campo, diz respeito aos atores que estão envolvidos com a luta de forma direta e a expressão arena, diz respeito aos atores que são beneficiados pelo movimento mais não estão envolvidos diretamente. (Fachinni, 2011)

- JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e Identidade de gênero: Elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X
- JODELET, D. Representações sociais; um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. As representações sociais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias. n.21, Porto Alegre, 2009.
- PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. Revista Periódicus, Vol. 1, N 1, 2014.
- PISCITELLI, Adriana. Apresentação; Dossiê antropologia, gênero e sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas. Cadernos Pagu v.42, 7-12, janeiro-junho de 2014.
- PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) Mulher?”. In: Leila Algranti (org.) “A prática Feminista e o Conceito de Gênero”. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004
- SCOTT. JOAN. História das mulheres. IN: A escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo, Ed da UNESP, 1992, p.63-95.
- SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT in: Stonewall 40 + o que no Brasil?. Leandro Colling, organizador. - Salvador : EDUFBA, 2011.
- SOIHET, Rachel. Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de gênero.p.208 -225. IN: PEDRO, Joana M. e WOLFF, Cristina S. Gênero, Feminismos no Cone Sul. Florianópolis, ED. Mulheres, 2010.
- SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.31-48.